

CRIAR E RECRIAR O DESAPARECIDO. O SÍTIO E A IGREJA ROMÂNICA DE SANTA JUSTA DE COIMBRA NA CIDADE DE HOJE

MARIA AMÉLIA ÁLVARO DE CAMPOS

Investigadora
CHSC-U.C. e CIDEHUS-U.É.
melicampos@gmail.com

MARIA LEONOR BOTELHO

Professora Auxiliar
Departamento de Ciências e Técnicas do Património
da FLUP
Investigadora
CITCEM-U.P.
mlbotelho@letras.up.pt

Resumo

A cidade é um organismo vivo cuja morfologia está sujeita a contantes transformações que visam responder às necessidades dos seus habitantes. Só o olhar da História e da História da Arte podem recriar o transformado; ler os estratos do palimpsesto; e devolver à memória urbana a origem matricial dos edifícios, praças, bairros, ruas e arruamentos que dão vida à cidade de hoje.

Referenciada desde 1155, a igreja românica de Santa Justa de Coimbra funcionou no arrabalde Norte dessa cidade até 1710. Longe do núcleo amuralhado, implantado numa região arenosa próxima da margem do rio, este edifício enfrentou cheias sazonais e os efeitos do assoreamento e do alteamento das margens. Da igreja e respetivo adro, restam parte da estrutura (um edifício entretanto secularizado e degradado) e um terreiro (conhecido por Terreiro da Erva).

Este complexo urbano está atualmente implantado numa superfície muito superior à medieval e as escavações arqueológicas têm sido infrutíferas, dada a elevada cota do lençol freático. Só a articulação exaustiva da informação proveniente das fontes escritas permitirá interpretar a história deste espaço urbano de leitura tão difícil.

Neste estudo, pretende-se apresentar uma proposta da estrutura da igreja românica e do seu adro, bem como das transformações físicas até ao século XVI. Esse esboço resultará da análise das informações sobre o espaço, contidas na documentação medieval. Para tal, serão examinados, entre outros documentos, aqueles que fazem referência aos túmulos, altares e capelas, bem como os registos de visitas episcopais e o regimento da igreja.

Com base em premissas metodológicas delineadas na obra A Cripto-História da Arte (2001), considera-se possível caracterizar a estrutura românica desaparecida. Finalmente, essa caracterização, contextualizada pelo conhecimento que temos das dinâmicas urbanas desta paróquia medieval, permitirá apresentar uma proposta de legenda para o atual espaço da cidade.

PALAVRAS CHAVE

Coimbra medieval, património desaparecido, memória urbana, paróquia urbana medieval, património religioso

Abstract

The city is a living organism whose morphology undergoes constant transformations according to the needs of its residents. History and History of Art only can recreate what has changed; read the strata of palimpsest; and restore the urban memory of the original matrix of buildings, squares, neighbourhoods, streets and layouts that give life to the cities of today.

References to the Romanesque Church of Santa Justa of Coimbra, which developed its work in the Northern outskirts of the city until 1710, date back to 1155. Removed from the city walls and located in the sandy lands of the river banks, the building withstood seasonal flooding and the impact of silting and river bank heightening. From the church only part of the structure (nowadays a secular and degraded building) and the churchyard (known as Terreiro da Erva) remains.

This urban complex is currently part of a much higher surface and archaeological excavations have been mostly unsuccessful due to high water table levels. Only a comprehensive articulation of information from written sources will allow us to interpret the history of this urban space, whose reading is rendered so hard.

The present study will propose a structure for the Romanesque church and respective yard, as well as for the physical transformations the space experienced until the 16th century. This outline will result from the analysis of information obtained from medieval documents concerning this space. With this in mind, a series of documents will be examined, including references to tombs, altars and chantries, as well as records of episcopal visitations and church regulations.

Based on methodological assumptions set forth by the work A Cripto-História da Arte (2001), we believe we can describe this lost Romanesque structure. Finally, this outline, sustained on our knowledge of this medieval parish and its urban dynamics, will allow us to propose a reading for the space that is the city of our days.

KEYWORDS

Medieval Coimbra, lost heritage, urban memory, medieval urban parish, religious heritage

Introdução

Ao entrar em Coimbra pelo Sul, deparamos com uma colina densamente ocupada e com uma urbanização que se estende até ao rio e o ultrapassa. A colina e o rio terão sido, desde a fundação, os elementos definidores da paisagem urbana e os principais condicionadores do povoamento da cidade.

Focaremos um dos primeiros núcleos de povoamento da Baixa da cidade – o adro de Santa Justa – e tentaremos reconstituir esse sítio patrimonial que hoje em dia integra a zona de proteção da área de património mundial constituída pela Rua da Sofia. De acordo com Vítor Serrão, a *reconstituição* é uma das quatro vertentes da Cripto-História da Arte enquanto «noção operativa» e passa pela «análise do fragmento de um conjunto artístico nos nossos dias parcialmente inexistente, a fim de desvendar a sua possível estrutura inicial» (Serrão, V. 2001:12).

Este trabalho resulta da vontade de congregar a História, a História de Arte e o Património na leitura de um edifício quase totalmente desaparecido e na recuperação da memória de um espaço urbano de Coimbra, tornando-o acessível pela difusão do conhecimento que dele se tem. Partindo do pressuposto da comunicação pública como parte primordial num processo de conservação mais amplo, ou seja, de conservação de uma memória, assumiremos a Interpretação e Apresentação como ferramentas básicas para a compreensão do público de sítios de Património Cultural (ICOMOS, 2007), dando assim resposta às recomendações da Carta Internacional Sobre Turismo Cultural (ICOMOS, 1999).

Objetivos

Descrever e procurar caracterizar a estrutura românica do edifício da igreja de Santa Justa de Coimbra, assim como o espaço circundante – o adro da igreja onde se situava o cemitério e em torno do qual se localizavam as casas onde residia parte dos seus clérigos e paroquianos. Trata-se de compreender a estrutura de uma igreja da primeira metade do século XII que se manteve em atividade até ao início do século XVIII e cuja estrutura foi, por força da sua dessacralização, adequada a outro uso pela assimilação de parte da sua fábrica por outras arquiteturas de carácter habitacional e comercial.

Apresentar uma legenda informativa, resultante da interpretação das fontes materiais e históricas remanescentes, para o espaço do atual Terreiro da Erva, em que se contextualize a história deste espaço urbano e o integre na cidade-património, informando as comunidades anfitriã e visitante quanto ao valor patrimonial do sítio.

Metodologia

Esta investigação assenta numa metodologia que pressupõe o cruzamento de informações sobre o espaço decorrentes de fontes materiais e escritas.



A maioria das fontes analisada é composta por documentos de cronologia anterior a 1450. Nesse conjunto de cerca de 800 documentos (datados entre 1283-1435), do fundo arquivístico desta igreja do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (PT/TT/CSJTC, maço 1-37 e livro 4), coligimos todas as informações sobre o espaço. Analisámos ainda as doações e testamentos onde se fundam capelas e altares por alma, e um regimento de 1524 onde se compilam os estatutos do cabido da igreja; o tombo das suas propriedades; a data e o tipo de missas e capelas que lhe competia celebrar; e o registo de uma visitação do bispo. De todos estes atos, a visitação é aquele que nos fornece mais informações sobre o espaço. Assim, optou-se também por fazer uma sondagem pelas visitas desta igreja realizadas durante o princípio desse século, conservadas no Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC/CSJ/Dep. III/1ªD/Est.8/Tab. 3/livro 30).

Perante a inexistência de fontes iconográficas sobre o edifício, analisaremos o levantamento topográfico atual da cidade de Coimbra e as ruínas da antiga igreja que têm sido objeto de escavações arqueológicas, durante os últimos meses.

Esta pesquisa fornecerá dados que, em articulação com o conhecimento existente sobre igrejas idênticas e coevas, permitirão acrescentar dados sobre a estrutura românica da igreja, apresentando-a às comunidades que poderão vir a usufruir do sítio.

1. Origem e evolução do espaço urbano

A primeira referência escrita à igreja de Santa Justa de Coimbra data de 1098 e em 1139 esta disputava o seu território paroquial com a recém-criada paróquia de São João adscrita ao mosteiro de Santa Cruz (Campos, 2016). Situada em local distante das muralhas da cidade, junto ao traçado da antiga via romana, esta igreja originalmente fixada numa área rural periférica ao núcleo urbano, passava a configurar o centro da paróquia mais a norte da cidade de Coimbra (Campos, 2013).

Neste período em que, a partir de Coimbra, se determinava a autonomia do reino de Portugal face aos de Leão e Castela, Afonso Henriques implementava um programa de reconstrução dos principais edifícios e infraestruturas da cidade (Ventura, 2003). No plano da arquitetura religiosa, em simultâneo com a construção do mosteiro crúzio, reconstruíam-se a Sé e as igrejas paroquiais da cidade (Alarcão, 2008:114-115; Rossa, 2001:287-288). Implementava-se assim em Coimbra o programa estilístico do Românico, vigente no centro da Europa (Botelho, 2013:448-456).





© Historic Cities Research Project. Courtesy of Ozgur Tufekci

Figura 1. Vista de Coimbra (Braun, 1575).

A reforma românica de Santa Justa estaria acabada em 1155, ano da morte de D. Rodrigo, presbítero dessa igreja que a terá ordenado. A sua epígrafe (Barroca, 2000: v. II, n. 101) está ainda hoje conservada no Museu Nacional Machado de Castro e informa-nos sobre essas obras, dizendo que a igreja e o claustro, com casas adjacentes, estariam construídos por essa data (Barroca, 2000: v. II, 261-265).

Nos inícios do século XIII, tal como se verifica nas outras igrejas paroquiais de Coimbra, em Santa Justa organizava-se uma colegiada, presidida por um prior, reconhecido a partir de 1175, e constituída por um conjunto de beneficiados, a que se dava o nome de porcionários ou raçoeiros, identificados a partir de 1226. A igreja tinha ainda um tesoureiro e um conjunto de clérigos auxiliares denominados de capelães ou clérigos de missa (Campos, 2012: 184-219). A análise desta comunidade eclesiástica durante os séculos XIII, XIV e primeira metade do XV permite-nos perceber uma população de cerca de uma dezena de indivíduos aos quais se juntava um círculo de sociabilidade alargado de familiares e criados, que residia preferencialmente neste adro e nas ruas mais próximas (Campos, 2012: 232-254).

Durante esse período, a paróquia revela um crescimento urbano de grandes dimensões, beneficiando da deslocação de populações nomeadamente em períodos de êxodo rural. (Campos, 2013). Seguindo o traçado da antiga via romana que passava em Coimbra (Mantas, 1996:802-807), a zona sul/sudoeste deste território acompanhava a margem do Mondego – um rio velho, que em Coimbra e na planície do Baixo Mondego tinha pouca profundidade e alargava as suas margens devido ao forte assoreamento do seu álveo (Martins, 1940: 77-89). Por esta razão, a zona meridional da paróquia de Santa Justa – e o adro da igreja – sofreram inúmeras cheias, bem como o paulatino alteamento do seu solo (Coelho, 2003 e Gomes, 2006).

Nos inícios do século XVI, durante o reinado de D. Manuel I, Coimbra é alvo de um novo programa de reconstrução urbanística e, no reinado de D. João III, aquando da fixação definitiva da Universidade nesta cidade, abriu-se a Rua de Santa Sofia (Lobo, 2006 e Oliveira, 2010). De largura ímpar para o seu tempo, esta rua foi rasgada a nordeste da paróquia de Santa Justa e, em linha reta, ligava o mosteiro de Santa Cruz ao exterior da cidade. No seu extremo, a Porta de Santa Margarida viria substituir a Porta de Figueira

Velha, enquanto principal saída/entrada na cidade e a zona de Santa Justa deixava assim de ser serventia obrigatória. O carácter dominador que esta rua passava a assumir é observável no destaque que lhe é dado por Braun na sua representação de Coimbra (Figura 1).

Igualmente fustigado pelas cheias e a necessitar de espaços maiores, o mosteiro de São Domingos, a Oeste de Santa Justa seria imediatamente transferido para a Rua da Sofia (Gomes: 2006). Pelo contrário, aquela igreja só mudaria de lugar dois séculos mais tarde (Correia & Gonçalves: 1947). Em 1710, a igreja de Santa Justa foi transferida para o cimo da Ladeira de Santa Justa (Figura 2), no final da Rua da Sofia. Consequentemente, o adro de Santa Justa perdeu o seu nome, passando a chamar-se mais tarde Terreiro da Erva. O edifício da igreja românica foi secularizado e desempenhou diferentes funções, durante os últimos séculos. A ruína que chegou aos nossos dias revela um edifício completamente descaracterizado, com uma cota de superfície mais elevada que a medieval (cerca de 8m e posicionada agora ao nível dos arranques da abóbada) e que serviu de base para a construção de uma casa de habitação num piso superior (Figuras 3, 4 e 5), sobre uma das suas abóbadas o que contribui para a difícil legibilidade dos elementos remanescentes. Em simultâneo, com a descaracterização do edifício, que chegou a acolher uma oficina com materiais para automóveis, também a memória do espaço e da sua função original se perdeu definitivamente. Procurar reconstituir a sua estrutura original, apesar de ingrata, dada a escassez das fontes, é uma missão necessária à sobrevivência deste património religioso e urbano.

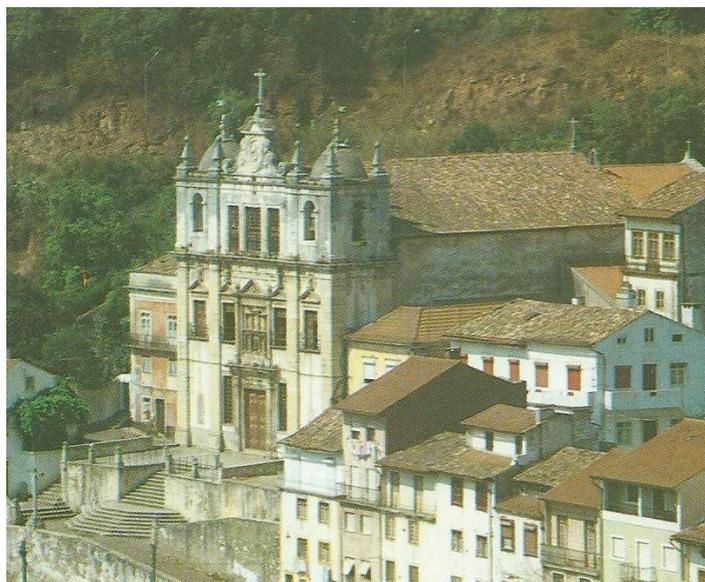


Figura 2. Igreja setecentista de Santa Justa, fotografia de Varela Pecurto (Dias, 1995: 77).



Figura 3. Edifício da igreja de Santa Justa no Terreiro da Erva © R. Campos: 2012.



Figura 4. Edifício da igreja de Santa Justa © M. L. Botelho: 2016.

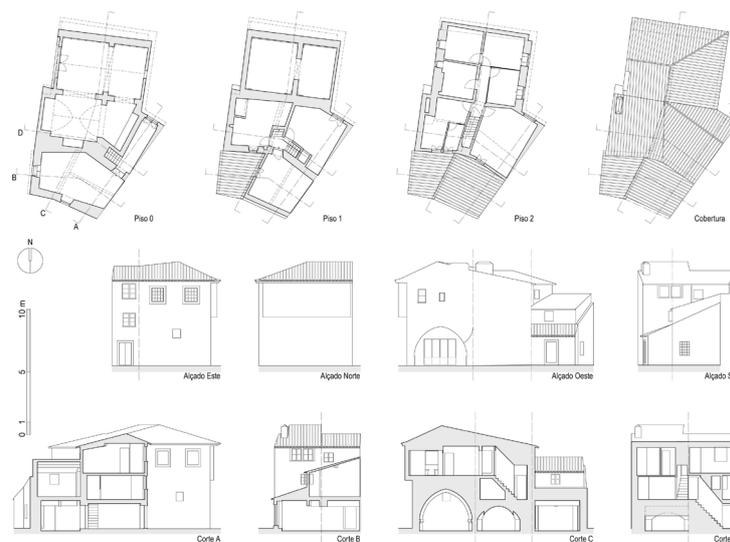


Figura 5. Antigo edifício da igreja de Santa Justa (Levantamento: 2005).

2. A reconstituição do edifício desaparecido

2.1. A igreja de Santa Justa e o Românico Coimbrão

Apesar da imensa produção historiográfica consagrada à arquitetura da época românica na cidade de Coimbra (Botelho, 2013), a verdade é que as referências à igreja em estudo são diminutas. O caráter recente de uma investigação documental crítica e aturada da freguesia de Santa Justa de Coimbra (Campos, 2012) e a quase inexistência de vestígios materiais do edifício medieval contribuíram seguramente para este facto. Na verdade, a dessacralização do edifício existente no Terreiro da Erva, resultante da construção da igreja que agora conhecemos, fez com que a partir do século XVIII se iniciasse o desmantelamento parte da igreja românica e, simultaneamente, à apropriação de parte da sua estrutura como base de outro tipo de construções.

Conhece-se a data de conclusão da reforma românica da igreja (1155), dado de relevo pela sua raridade no contexto da arquitetura da época românica em Portugal (Botelho, 2013). Lembrando o desconhecimento quase total quanto à sua plástica decorativa, sabemos que, acabada em 1155, esta reforma terá sido coeva da da igreja românica de São João de Almedina (Botelho, 2013: 483) e da edificação de Santa Cruz, cuja primeira pedra foi lançada em 1131, verdadeiro laboratório do românico coimbrão (Botelho, 2013: 487).

Contudo, da igreja românica de Santa Justa persistem apenas, além da epígrafe acima referida e de uma arca tumular de 1166 (Barroca, 2000: v. II, n. 123) hoje musealizadas, dois elementos arquitetónicos, muito adulterados na sua legibilidade original: as abóbadas da capela-mor e da capela da Epístola. Desconhece-se o programa iconográfico e a plástica artística da igreja, apesar da recente identificação das invocações de um número considerável de altares, exarados das fontes escritas. Perante estes factos, uma proposta de reconstituição real apenas se torna exequível diante da possibilidade da realização de prospeções arqueológicas que determinassem a dimensão da igreja (e das suas dependências), bem como pudessem identificar remanescentes elementos lavrados, mesmo que avulsos. No entanto, estamos cientes das profundas transformações urbanas sofridas por este sítio patrimonial e sua envolvente ao longo dos séculos que seguramente contribuirão para dificultar, se não impossibilitar, esta tarefa.

2.2. O edifício medieval a partir das fontes escritas

O complexo arquitetónico dedicado às mártires Santa Justa e Rufina, em Coimbra, era composto por vários edifícios.

A igreja seria composta por mais do que uma nave que o bispo mandava frequentemente reparar, durante as suas visitas no século XVI (AUC/CSJ/Dep. III/1^aD/Est.8/Tab. 3/livro 30, fl. 102), facto comprovado pela persistência dos abobadamentos da capela-mor e do absidíolo da Epístola já referidos (Figura 6). No século XVI, o bispo exigia sobretudo que se nivelasse o chão e que para isso fossem responsabilizados os donos das

“covas” no seu interior. Também em Quinhentos, o prelado mandava que se reforçasse e pintasse a parte do edifício que era de alvenaria (PT/TT/CSJTC, liv.4, fl. 10). Nogueira Gonçalves questionou se a igreja românica de Santa Justa seria abobadada (Gonçalves, 1938: 134). A cabeceira era-o seguramente (Figura 6). Contudo, as naves poderiam ter uma cobertura em madeira, hipótese provável atendendo à referência à alvenaria e ao exemplo muito próximo da igreja de Santiago de Coimbra, cuja cobertura em madeira resulta, contudo, de uma significativa intervenção realizada nos finais da década de 1930 (Botelho, 2013: 413 e ss).

À cabeceira da igreja, o altar-mor seria dedicado ao orago da igreja e, próximo dele, localizava-se um crucifixo junto do qual vários fregueses quiseram ser inumados, durante o século XIV e XV (PT/TT/CSJTC, m. 1, n. 7:1310-08-23; m. 27, n. 619:1330-05-19; m. 26, n. 544:1335-03-05; m. 29, n. 667:1445-06-29). Já no século XVI, ordenava-se que se envidraçasse a fresta da capela-mor que era gradeada (AUC/CSJ/Dep. III/1ºD/Est.8/Tab. 3/livro 30, fl. 102). Provavelmente junto a este altar configurava-se o coro da igreja, onde a comunidade eclesiástica oficiava e onde também se reunia com vista à resolução de assuntos de ordem temporal (PT/TT/CSJTC, m. 22, n. 447:1331-2-12).



Figura 6. Remanescente da cabeceira da igreja de Santa Justa © M. L. Botelho: 2016.

A par com o altar-mor, eram frequentemente citados os altares ou capelas do Salvador (PT/TT/CSJTC, m. 6, n. 140:1348-8-29), do Espírito Santo (PT/TT/CSJTC, m. 30, n. 673: 1396-9-15), de Santa Marinha (PT/TT/CSJTC, m. 19, n. 396:1334-08-15), da Trindade (PT/TT/CSJTC, m. 26, n. 575:1362-8-15), de São Leonardo e, mais tarde, a de São Sebastião. As quatro primeiras foram fundadas por paroquianos desta igreja, durante o século XIV (Campos, 2012:259-261), a última, reconhecida a partir do século XV, pertenceria a uma confraria com o mesmo nome. Já nos inícios do século XVI, o bispo mandava dismantelar o altar da capela de São Sebastião e colocá-la na «ilharga do altar de Sam Lionardo com as grades que tem o guarda

poo» (PT/TT/CSJTC, m. 16, n. 349:1434-10-19 e liv.4, fl. 11). Infelizmente, não sabemos a localização precisa de nenhuma delas. Apenas que a capela de Santa Marinha se localizaria perto de uma das portas da igreja que teria o mesmo nome (PT/TT/CSJTC, m. 27, n. 625:1360-11-24).

A análise dos locais de reunião do cabido desta igreja permite-nos identificar uma «porta principal» (PT/TT/CSJTC, m. 33, n. 748:1391-01-15), a referida porta de Santa Marinha, e uma Porta Travessa (PT/TT/CSJTC, m. 28, n. 652:1435-10-10), assim chamada por ser perpendicular à porta principal, sendo provavelmente ao nível das naves pois desconhecemos se a igreja românica teria transepto.

O claustro com as suas casas poderá ter servido, no início, como residência da própria comunidade eclesiástica, mas rapidamente terá perdido essa função, dada a secularização progressiva da comunidade eclesiástica (Campos, 2012:167-172). Durante o século XIV, uma dessas casas do claustro serviria de celeiro da igreja (PT/TT/CSJTC, m. 10, n. 205:1381-12-22).

À parte dessas casas do claustro, mas em espaço adjacente à igreja, existiam as casas do priorado: um conjunto de compartimentos de carácter habitacional e agrícola capaz de prover a autossustentação do lar do prior – característica comum a outras residências de clérigos, à semelhança dos próprios palácios episcopais (para o caso do bispo de Coimbra, Alarcão 2008: 105-127). Sobre a arquitetura destas casas do prior, sabe-se que teria uma «alpendorada» (PT/TT/CSJTC, m. 33, n. 743:1404) e que a sua proximidade da igreja permitia que daí se desse conta do que se passava no interior do templo (PT/TT/CSJTC, m. 15, 320:1379-06-17). A Norte da igreja, do lado esquerdo da cabeceira, conservou-se até há pouco tempo o topónimo Quintal do Prior – provável reminiscência da localização destas casas do priorado.

Ponto de encontro dos paroquianos, espaço privilegiado para a reunião dos habitantes da cidade, para o comércio e outras atividades económicas, o adro das igrejas era um elemento fundamental do urbanismo medieval (Trindade, 2013: 595-597). O de Santa Justa seria delimitado por casas de habitação, localizando-se aí também o forno que cozia o pão para a igreja (PT/TT/CSJTC, m. 5, n. 135:1405-10-09). Aí situava-se também o cemitério, onde alguns túmulos se destacavam pela sua monumentalidade (PT/TT/CSJTC, liv.4, fl. 6v).

3. Proposta de legenda informativa: da interpretação e apresentação do sítio patrimonial de Santa Justa de Coimbra

A Carta Internacional sobre Turismo Cultural (ICOMOS, 1999) tem como objetivo fundamental a comunicação do significado e da necessidade de conservação do património. Assim, impõe-se o acesso ao Património Cultural pela comunidade anfitriã – contribuindo definitivamente para o seu conhecimento e reforçando um sentido afetivo de pertença – e pela comunidade de visitantes – enquanto meio de promoção/difusão turística.

Torna-se, pois, cada vez mais significativa a criação de conteúdos que otimizem a compreensão destes dois públicos acerca das características significativas do Património (ou patrimónios) e da consequente necessidade de proteção, reconhecendo e potencializando a autenticidade do lugar, mesmo o seu *spiritu loci* (ICOMOS, 2008).

A Carta ICOMOS para a Interpretação e Apresentação de Sítios de Património Cultural (ICOMOS, 2007) assume a *interpretação* e *apresentação* como elementos essenciais do esforço de conservação do Património e como ferramentas básicas para a apreciação e compreensão do público dos sítios do Património Cultural. Entendendo a conservação do Património como um ato comunicativo, consideramos necessário valorizar a tarefa de *comunicação do significado* do Terreiro da Erva e daquela que foi, não só a igreja românica de Santa Justa, mas também toda a sua estrutura que tão definitivamente marcou o desenvolvimento urbano da zona noroeste de Coimbra.

Embora o estatuto de sítio de património cultural não esteja inventariado, nem classificado conforme prevê a Lei-Base do Património Cultural nº107/2001 de 8 de Setembro, este sítio patrimonial encontra-se na Zona de Proteção da área inscrita em 2013 na Lista de Património Mundial da UNESCO, o que lhe confere um estatuto outro pela proteção jurídica criada (Diário da República nº236, 2ª Série, 2013-12-05 e <http://www.uc.pt/ruas/inventory>). Entende-se assim a recente requalificação do espaço público e justifica-se portanto a necessidade de valorização do conhecimento sobre este espaço urbano. Deste modo, consideramos que deveriam ser desde logo dados a conhecer *in loco*, num painel, os seguintes dados:

A) De perceção mais imediata:

- Breve contextualização do sítio de Santa Justa;
- Planta do sítio de Santa Justa indicando as várias camadas estratigráficas dos diversos tempos históricos;
- Cronologia do sítio e igreja românica de Santa Justa;
- Reconstituição virtual de várias perspetivas do conjunto arquitetónico composto pela igreja românica e suas dependências, diferenciando visualmente os elementos concretos daqueles que constituem meras hipóteses de interpretação segundo modelos de boas práticas internacionais;

B) Informação mais desenvolvida sobre o sítio e a sua história:

- QR Code permitindo acesso a diferentes conteúdos e estudos de referência.

Conclusões

Colocámos a História, a História da Arte e o Património, em articulação com noções de urbanismo, a interpretar a evolução de um espaço, a analisar as mudanças de toponímia e a recuperar uma memória patrimonial praticamente esquecida do quotidiano e das comunidades da cidade de hoje.

Percebemos como entre os séculos XI a XVI, este foi um espaço em permanente transformação,

dadas as alterações dos preceitos da vida canónica e as permanentes demandas da vivência espiritual e religiosa dos seus fregueses e benfeitores. O claustro perdia a sua função residencial, mas contiguamente à igreja desenvolveram-se as casas do prior; os altares multiplicavam-se imprimindo, tanto no espaço como na pastoral da igreja, as preferências devocionais dos paroquianos defuntos. Túmulos, lápides, casas de habitação e equipamentos necessários à vida económica da colegiada coexistiam no adro materializando a convivência entre o sagrado e o profano, natural numa sede de paróquia, dentro da cidade medieval.

De acordo com as diretrizes internacionais para o Turismo e o Património, considerámos relevante interpretar este espaço, através de uma legenda informativa cuja estrutura aqui se propôs. Consideramos fundamental a apresentação e interpretação deste espaço dado o seu estatuto de zona protegida nas proximidades da Rua da Sofia, área inscrita pela Unesco desde 2013 na Lista de Património Mundial da Humanidade.

Referências

- Alarcão, J. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Barroca, M. J. (2000). *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Botelho, M. L. (2013). *A historiografia da arquitectura da época Românica em Portugal (1870-2010)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian : Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Braun, G. (1575). *Civitates orbis terrarum*. Antwerpiae : Apud Aegidium Radeum. Em linha: <http://archive.org/details/civitatesorbiste00brau>
- Campos, M. A. Á. de (2012). Santa Justa de Coimbra na Idade Média: o espaço urbano, religioso e socio-económico. Faculdade de Letras, Coimbra.
- Campos, M. A. Á. de (2013). População e família na freguesia de Santa Justa de Coimbra nos séculos XIII a XV. Em Ferreira, A., Pacheco, P., Reher, D., Martins, M. M., Santos, C., Pinto, M. L. R. (Eds.). *As cidades na história: população: I Congresso Histórico Internacional: atas*. Guimarães: Câmara Municipal.
- Campos, M. A. (2016). Coimbra's parochial network: aspects of its definition in the 12th century. Em Vilar, H. V. e Branco, M. J. (Eds.), *Ecclesiastics and political state building in the Iberian monarchies, 13th-15th centuries* (pp. 246–258). Lisbonne: Publicações do CIDEHUS. Em linha: <http://books.openedition.org/cidehus/1596>
- Diário da República nº236, 2ª Série, de 5 de dezembro de 2013
- Coelho, M. H. da C. (2003). Coimbra Medieval: Uma cidade em maturação. Em Alarcão, A. (Ed.), *Inventário do Museu Nacional Machado Castro. Coleção de Ourivesaria Medieval. Séculos XII-XIV*. Lisboa: Instituto Português dos Museus.
- Correia, V. & Gonçalves, A. N. (1947). *Inventário artístico de Portugal: cidade de Coimbra*. Vol. 2. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.
- Gervásio, A. S. dos S., & Santos, S. R. R. (2005). *Relatório final: Sondagens arqueológicas no Terreiro da Erva*. Coimbra: Gabinete de Arqueologia Arte e História da Câmara Municipal.
- Dias, P. (1995). *Coimbra arte e história* (3ª. ed. rev. e aumentada). Coimbra: Minerva.
- Gomes, S. A. (2006). Igreja S. Domingos de Coimbra em 1521. *Separata de Arquivo Coimbrão*, Vol. XXXIX (2006), 377-396.
- Gomes, S. A. (2006). Coimbra - aspectos da sua paisagem urbana em tempos medievos. *Biblos*, IV, 125-163.

- Gonçalves, A. N. (1938). *Novas Hipóteses acerca da Arquitectura Românica de Coimbra*. Coimbra: Gráfica de Coimbra.
- ICOMOS (1999). *Carta Internacional sobre Turismo Cultural*. Cidade do México.
- ICOMOS (2007). *Carta Icomos Para a Interpretação e Apresentação de Sítios de Património Cultural*.
- ICOMOS (2008). *Declaração de Québec*. Canadá: Icomos. Em linha: http://www.icomos.org/quebec2008/quebec_declaration/pdf/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf.
- Levantamento arquitectónico do edifício sito no Terreiro da Erva, n.º 35-45 - N.º de inventário 04T07 do «Levantamento Arquitectónico e do Património Cultural e do Edificado e Constituição do Sistema de Informação do Processo para a Reabilitação Urbana e Social da Baixa de Coimbra (projecto multidisciplinar desenvolvido no âmbito do protocolo entre a Universidade de Coimbra e a Câmara Municipal de Coimbra através do Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra), coord. científica: João Coutinho; Carlos Fortuna; Eduardo Júlio; Walter Rossa; Raimundo Mendes da Silva, Coimbra, 2003-2005»
- Lobo, R., Costa (2006). *Santa Cruz e a Rua da Sofia: arquitectura e urbanismo no século XVI*. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade.
- Mantas, V. G. (1996). *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*. s.n., Coimbra.
- Martins, A. F. (1940). *O esforço do homem na bacia do Mondego: ensaio geográfico*. A. F. Martins, Coimbra.
- Oliveira, A. de. (2010). Encantos de Sofia: para a História de uma rua de Coimbra. Em *Pedaços de História Local* (Vol. I, pp. 177-203). Coimbra: Palimage Editores e CHSC.
- Rossa, W. (2001). *Diversidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. s.n., Coimbra.
- Serrão, V. (2001). *A Cripto-História de Arte. Análise de obras de arte inexistentes*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Trindade, L. (2013). *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ventura, L. (2003). Coimbra Medieval: uma cidade em formação. Em Alarcão, A. (Ed.), *Inventário do Museu Nacional Machado Castro. Coleção de Ourivesaria Medieval. Séculos XII-XIV*. Lisboa: Instituto Português dos Museus.

(Endnotes)

1 Em 2005, realizaram-se escavações arqueológicas pouco conclusivas dada a cota elevada do lençol freático (Gervásio & Santos, 2005). Nos últimos meses, no decorrer das obras de reabilitação urbana do Terreiro da Erva, a Câmara Municipal de Coimbra voltou a abrir escavações. Agradecemos ao Arqueólogo Sérgio Madeira e ao Engº Sidónio Simões, responsáveis pelas obra e escavações, por todas as informações cedidas sobre o espaço, durante uma visita ao sítio.